



**Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Escola Judiciária Eleitoral - EJE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral - COEJE**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda (Documento PAD nº 7075/2022), o objeto desta contratação é a aquisição da capacitação “Curso de Execução Fiscal de Multas Eleitorais”.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A justificativa é o atendimento à necessidade de treinamento dos servidores e das servidoras que atuam nas unidades de processamento dos feitos judiciais, nas assessorias jurídicas e nas Zonas Eleitorais, face ao número de processos que resultam na aplicação de multas eleitorais regularmente em trâmite nesta Justiça Eleitoral, bem como às peculiaridades dessa espécie de execução em relação à execução comum do Código de Processo Civil.

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A presente contratação está prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC 2020/2021), Portaria Nº 531/2020, publicada no DJE nº 175 de 17/09/2020. Esclareça-se, por oportuno, que, até o momento, não houve publicação de PDDC para 2022, o que deverá ocorrer após a realização do novo ciclo de gestão de competência neste Tribunal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos específicos para a presente contratação constarão do Projeto Básico.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS

Serão até 150 vagas no curso de 15 horas que acontecerá em 4 encontros, sendo 3 encontros com de 4 h/a cada e 1 encontro de 3 h/a, de forma virtual, por meio da plataforma *Microsoft Teams*.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O curso será realizado à distância, pela plataforma *Microsoft Teams*, por questão de saúde pública e pela possibilidade de treinar até 150 (cento e cinquenta) servidores e servidoras sem custo de deslocamento com pagamento de passagens e diárias.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA

O custo total da demanda está estimado em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

8. PARCELAMENTO DOS MATERIAIS

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 17/01/2022 09:03:43
Por: ROBERTA LAENA COSTA JUCA e outros



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Escola Judiciária Eleitoral - EJE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral - COEJE

Não se justifica o parcelamento da contratação, por se tratar de um curso de 15 horas/aula.

9. JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O que se pretende é que os(as) servidores(as) das unidades solicitantes da capacitação estejam devidamente treinados(as) e, assim, aptos(as) ao processamento e análise dos processos de execução fiscal das multas eleitorais; e, por conseguinte, a melhoria da qualidade, celeridade e eficiência no trato dos feitos dessa natureza.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

O evento acontecerá em ambiente virtual, através do *Microsoft Teams*, divulgando-se por meio de e-mail e Intranet do Tribunal.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Não há, no âmbito deste Tribunal, contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição pretendida é viável e os estudos preliminares evidenciam que a contratação do “Curso de Execução Fiscal de Multas Eleitorais” mostra-se possível tecnicamente, e fundamentalmente necessária.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante	Roberta Laena Costa Jucá
Integrante Técnica	Viviane Lima Mazulo
Integrante Administrativa	Giovanna Luna Araújo Vinhas



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Escola Judiciária Eleitoral - EJE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral - COEJE
Mapa do Gerenciamento dos Riscos

Objeto	Aquisição da capacitação em “Curso de Execução Fiscal de Multas Eleitorais”.
Fase da Análise	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor.

	Risco 1 – Não fazer a Contratação		
Probabilidade	(x) Baixa () Média Alta ()		
Impacto	() Baixo () Médio Alto (x)		
Dano	Prejuízo quanto à melhoria da qualidade, celeridade e eficiência no processamento e análise dos feitos referentes à execução de multas eleitorais.		
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Providenciar o Projeto Básico para propiciar a contratação.	Responsável:	Roberta Laena Costa Jucá.
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável:	Roberta Laena Costa Jucá.